

Aos trabalhadores das empresas do Grupo EDP

CENTRAL DE SINES, UMA DECISÃO QUE DEVE SER REVERTIDA Para bem dos trabalhadores e da economia regional e nacional

Depois de 35 anos de actividade, o último dia de operação da central termoelétrica de Sines aconteceu dia 14 de Janeiro. Esta decisão, de encerrar uma instalação de carácter estratégico no abastecimento eléctrico do País, acontece num momento em que Portugal é assolado por uma vaga de frio, com o consequente aumento significativo dos consumos, mas também quando se verifica uma menor disponibilidade das fontes renováveis intermitentes, traduzida não só em dificuldades no abastecimento, em territórios mais sobrecarregados, como num acréscimo na importação e nos custos da energia.

O Governo do PS, acabando por ser mais papista que o Papa, autoriza mais esta machadada na economia nacional e na soberania energética do País. O mesmo Governo que, em vez de definir uma verdadeira estratégia energética nacional, assume uma postura de entreposto dos interesses das multinacionais ligadas ao sector através de negócios de milhões.

O mesmo Governo e administrações das principais empresas deste sector que estão apostadas em concretizar mais um crime económico, também com a Central do Pego e a Refinaria do Porto e aí estão de braços abertos, eufóricos, para receber os milhões provenientes do erário publico e liquidar assim centenas de postos de trabalho, 107 trabalhadores da EDP e mais cerca de 400 de prestadores de serviços, num golpe contundente para a economia da região.

A Fiequimetal e os sindicatos que a integram consideram inadmissível esta actuação, por parte do Governo e das administrações da EDP e da Galp, e reafirmam a necessidade de promover soluções que salvaguardem o ambiente, a actividade industrial, a soberania energética e económica e o emprego e que permitam contribuir para o desenvolvimento económico das regiões e do País.

Com a desculpa da descarbonização e o empolamento a propósito das alterações climáticas, o ministro do Ambiente, Matos Fernandes, e o secretário de Estado, João Galamba, montaram uma narrativa demagógica com o objectivo de ficarem bem na fotografia da designada transição energética e dos interesses da Alemanha e das instituições da União Europeia. Ficarão, isso sim, para a história como os coveiros da desactivação de uma central das mais modernas da sua classe, na qual se investiu muitos milhões nos últimos anos e que poderia ainda ter mais alguns anos de serviço.

Com o encerramento precipitado desta central, que representava uma potência de 1200 MW e chegou a suprir 30% das necessidades nacionais, agrava-se o défice energético do País, e a possibilidade de aumento das importações é real e até já aconteceu. Pelo Natal, as importações subiram para 17% da energia consumida. Nada garante que a energia importada não seja produzida em algumas das 80 centrais a carvão alemãs, cuja unidade mais nova tem apenas um ano (**mas... há um ano ainda não se falava do «problema» das centrais a carvão?**) e cujo plano de encerramento é para 20 anos, contrariando assim a tese da redução de emissões.

Para além da decisão política, também tecnicamente é um erro ficar sem potência eléctrica estável a sul do País, podendo originar desequilíbrios da Rede Eléctrica Nacional, situação que não é nova e que é agravada pela circunstância de a linha de transporte de electricidade entre Ferreira do Alentejo e o Algarve ainda não estar disponível.

Neste sentido, entendemos que o Governo e todas as forças políticas que defendem os interesses nacionais, designadamente a soberania energética, devem estar do lado da reversão do encerramento das centrais termoelétricas de Sines e do Pego e da refinaria de Matosinhos.



18 de Janeiro de 2021
O Secretariado da DN da Fiequimetal